

**DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTIL NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS DE  
TAQUARA, PAROBÉ E IGREJINHA – PETI**

**DIAGNOSIS OF CHILD LABOR IN THE GAUCHO MUNICIPALITIES OF  
TAQUARA, PAROBÉ AND IGREJINHA – PETI**

Diogo da Silva Corrêa<sup>1</sup>

Dilani Bassan<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo desta pesquisa é analisar aspectos do trabalho infantil nas cidades gaúchas de Taquara, Parobé e Igrejinha a partir do diagnóstico municipal realizado em 2017, dentro do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. A metodologia empregada é qualitativa com abordagem exploratória e descritiva. A pesquisa é de cunho bibliográfico e documental. Os principais resultados apontam que para superar os desafios da erradicação do trabalho infantil diversas ações e diferentes agentes, públicos e privados, devem estar articulados em rede. Quanto aos aspectos locais estudados, verificou-se que o município de Taquara é o que merece maior atenção, uma vez que apresentou o maior percentual (7,3%) de ocupação de crianças com idade entre 10 e 13 anos que, segundo a OIT, é o tipo de trabalho a ser abolido com maior urgência. O município também é o que tem maior percentual de trabalho infantil na zona rural. Além disso, no aproveitamento do potencial do programa “Jovem Aprendiz” o município é o que menos preencheu seus potenciais vagas (44%), sendo uma das iniciativas a ser melhor trabalhada.

**Palavras-chave:** Trabalho Infantil, PETI, Diagnóstico.

**Abstract:** The objective of this research is to analyze aspects of child labor in the cities of Taquara, Parobé and Igrejinha, based on the municipal diagnosis carried out in 2017, within the Child Labor Eradication Program – PETI. The methodology used is qualitative with an exploratory and descriptive approach. The research is bibliographical and documentary. The main results show that to overcome the challenges of eradicating child labor, several actions and different agents, public and private, must be articulated in a network. As for the local aspects studied, it was found that the municipality of Taquara is the one that deserves the most attention, since it presented the highest percentage (7.3%) of occupation of children aged between 10 and 13 years old who, according to the ILO, is the type of work to be abolished most urgently. The municipality is also the one with the highest percentage of child labor in rural areas. In addition, in taking advantage of the potential of the “Jovem Aprendiz” program, the municipality is the one that least filled its potential vacancies (44%), being one of the initiatives to be better developed.

**Keywords:** Child Labor, PETI, Diagnosis.

---

<sup>1</sup> Graduando em Direito e mestrando no programa de Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat, Campus Taquara, RS, Brasil. Pesquisa sobre direitos de crianças e adolescentes. E-mail: dsacorrea83@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Desenvolvimento Regional e Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Faccat. Campus Taquara, RS, Brasil. Pesquisa sobre a dinâmica das migrações e mobilidades espaciais. E-mail: bassandilani@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

O trabalho infantil vem sendo combatido por diversos atores internacionais, como a própria Organização das Nações Unidas (ONU) e seus órgãos especializados: na infância, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e, no âmbito do trabalho pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Embora os números venham paulatinamente diminuindo ao longo de da última década, os últimos anos têm mostrado uma desaceleração nas mudanças (OIT, 2017). No mundo, a desigualdade social, cada vez mais profunda, “justifica” que famílias exponham seus filhos no trabalho por uma questão de sobrevivência, fazendo o círculo vicioso da pobreza se fortalecer. Além disso, outros fatores dificultam a meta de erradicação do Trabalho Infantil definida pela ONU: a cultura da “educação pelo trabalho”, arraigada mais notadamente no meio rural.

A legislação brasileira, pós Constituição Federal de 1988 harmonizada com as disposições da Convenção dos Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas (ONU) e das Convenções nº138 e 182 da OIT estabelece a proibição de qualquer tipo de exploração econômica de crianças, considerando como exploração qualquer espécie de trabalho que prejudique a escolaridade básica.

Mesmo assim, 1,8 milhões de crianças de 5 a 17 anos trabalhavam no Brasil, segunda dados do PNAD 2016. Mais da metade delas (54,4% ou 998 mil), pelo menos, estavam em situação de trabalho infantil, ou porque tinham de 5 a 13 anos (190 mil pessoas), ou porque, apesar de terem de 14 a 17 anos, não possuíam o registro em carteira (808 mil) exigido pela legislação. Segundo o mesmo acompanhamento de dados do IBGE, essas crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhavam em casa com cuidados de pessoas ou afazeres domésticos, além do trabalho na produção para o próprio consumo também foi identificado pela pesquisa, e era realizado por 716 mil crianças, durante, em média, 7,5 horas semanais (IBGE, 2017).

Uma das estratégias de enfrentamento dessa situação, é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Tal iniciativa iniciou em 2005 com o propósito de transformar realidades locais não só pela transferência direta de renda, mas pelo acompanhamento e apoio nas necessidades básicas da população mais pobre. Notabilizou-se no estado da Bahia e depois foi sendo estendido para as demais regiões do país.

A presente pesquisa, portanto, busca caracterizar o trabalho infantil nas cidades gaúchas de Taquara, Parobé e Igrejinha, as quais foram apontadas como prioritárias pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Social do governo federal. O foco central são os apontamentos do último diagnóstico municipal realizado em 2017 que destaca ações estratégicas para adequação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

Dessa forma, proposta metodológica é de uma pesquisa de natureza básica, com objetivo exploratório explicativo. Prodanov (2013) define pesquisa exploratória como aquela cujo objetivo é auxiliar a compreensão do problema identificado pelo pesquisador orientando a formulação dos objetivos ou descobrir novos enfoques para o assunto. O método empregado na pesquisa será documental, na medida em que serão analisados os pontos dos relatórios de diagnóstico dessas ações nos municípios.

Inicialmente, será realizado uma contextualização sobre o enfrentamento ao trabalho infantil de forma mais ampla, com dados internacionais sobre o tema. Em seguida, serão discutidos alguns aspectos da dinâmica brasileira e a formulação da política pública PETI. Após, serão analisados os pontos dos relatórios de diagnóstico dessas ações nos municípios e a discussão dos dados coletados.

## **TRABALHO INFANTIL E A MOBILIZAÇÃO INTERNACIONAL**

Conforme as Convenções da OIT nº 138 e nº 182, é considerado trabalho infantil “o trabalho realizado por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima de admissão ao emprego/trabalho estabelecida no país”. A partir da ratificação à convenção nº 182, os países precisam adotar os trabalhos perigosos como “Piores Forma de Trabalho infantil”. Além disso, entram nesse rol a escravidão, o tráfico de pessoas, o trabalho forçado e a utilização de crianças e adolescentes em conflitos armados, exploração sexual e tráfico de drogas (OIT, 1976; OIT, 1999).

Ainda, segundo a OIT, essa definição engloba o trabalho que “priva as crianças de sua infância, seu potencial e sua dignidade”, prejudicando o desenvolvimento físico e mental, além de interferir na escolarização, seja quando há cargas de trabalho excessivas e o período de aulas é uma segunda jornada, seja quando há o completo abandono dos bancos escolares por conta das atividades laborais dos infantes. (BRASIL, 2004)

Embora seja condenado pela comunidade internacional e proibido em muitos países, ainda são identificados casos de trabalho infantil, em especial nos países “em desenvolvimento”. As causas, segundo a OIT (2002) estão muito relacionadas com a pobreza e as más condições de ensino. Entretanto, mostra-se primordial que cada país faça uma avaliação de quais as causas internas que forçam a exposição de crianças ao trabalho. Sendo bem feito o diagnóstico, crescem as chances de sucesso de eventuais planos de combate a esse complexo fenômeno. Entretanto, eles não devem se pautar por proposições ou fórmulas simplistas, como a crença de que a pobreza é o único pré-requisito para a solução do problema e que o combate ao trabalho infantil, portanto, seria inútil.

As discussões em torno desse fenômeno social fazem parte de uma mobilização mais ampla, com intuito de construir e fomentar redes de interações em diversas áreas para alcançar o “desenvolvimento sustentável global”, contando com os mais variados atores sociais, públicos e privados. Nesse sentido, a ONU, juntamente com seus 193 países-membros elaborou a Agenda 2030<sup>3</sup>, que contempla 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas (ONU, 2015). A meta referente ao tema proposto nesta pesquisa é o de número 8.7:

8.7 Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas (ONU, 2015, p. 27).

O ponto que liga a erradicação do trabalho infantil nas ODS é a necessidade do enfrentamento das desigualdades sociais e a concentração de riqueza. Segundo a ONU (2015) é preciso buscar formas de “trabalho decente” para todos, fomentando a economia inclusiva e sustentável para que o crescimento econômico se transforme em desenvolvimento das nações de fato.

Um dos princípios basilares do Direito do Trabalho é o da dignidade humana, considerando a necessidade de considerar essa relação visando condições de existência digna e não transformando a atividade laboral como uma mercadoria, conforme afirma Sarlet (2001):

---

<sup>3</sup> Que substituiu as diretrizes antes adotadas, conhecidas como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), criadas em 2000 e que formavam um conjunto de oito diretrizes estabelecidas com base na Declaração do Milênio “criado para contribuir com a construção de um mundo pacífico, justo e sustentável no século XXI”, conforme Agenda Pública (2009).

[...] qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existentes mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos. (SARLET, 2001, p. 32)

A partir dessa busca por dignidade, o trabalho representa um valor social que deveria ser protegido contra violações degradantes como o regime de escravidão, o trabalho infantil, as jornadas exaustivas, entre outros. Não é por acaso que o tema mereça grande espaço nos debates nas Nações Unidas. Em resolução da Assembleia Geral, o ano de 2021 foi declarado “ano internacional para eliminação do trabalho infantil”. Nela, são destacados os compromissos assumidos pelos Estados-membros, que devem tomar medidas imediatas e efetivas para erradicar essas violações, principalmente, erradicar o trabalho infantil até 2025.

Alcançar essa meta não será uma tarefa simples, mas a trajetória dos indicadores da OIT aponta uma diminuição do número de crianças envolvidas com o trabalho. Segundo o relatório divulgado em 2017, sobre estimativas globais do trabalho infantil, em 2016, mais de 151 milhões de crianças entre 5 e 17 anos eram vítimas de trabalho infantil no mundo. Considerando os números absolutos, houve uma queda de 38% da estimativa de crianças envolvidas com trabalho entre os anos de 2000 (início do monitoramento feito pela OIT) e 2016, conforme Tabela 1. O maior avanço, porém, é observado na estimativa de trabalho infantil perigoso, uma vez que nesse mesmo período houve um decréscimo no número de mais de 50% (OIT, 2017).

Tabela 1 – Percentual e número absoluto de crianças em trabalho infantil e trabalho perigoso, faixa etária de 5 a 17 anos (em milhões)

Ano	Trabalho infantil	%	Trabalho Infantil Perigoso
2000	245.500	16%	170.500
2004	222.294	14,2%	128.381
2008	215.209	13,6%	115.314
2012	167.956	10,6%	85.344
2016	151.622	9,6%	72.725

Fonte: Adaptado *Global Estimates of Child Labour: Results and Trends, 2012-2016* (2017)

A principal concentração foi na agricultura (71%), seguida do setor de serviços (17%) e do setor industrial (12%). A divisão global do número de crianças submetidas ao trabalho infantil foi a seguinte: África (72,1 milhões), Ásia e Pacífico (62 milhões), Américas (10,7 milhões), Europa e Ásia Central (5,5 milhões) Estados Árabes (1,2 milhões) (OIT, 2017).

Ainda sobre os números apontados pela OIT, observa-se que a queda percentual do trabalho infantil mundial foi mais tímida nos últimos quatro anos analisados, mostrando que há necessidade de uma reunião de esforços da comunidade internacional para continuar evoluindo, como foco na meta estipulada na ODS 8 de erradicar o trabalho infantil em 2025. Nesse contexto, a própria OIT indica que as ações efetivas para o alcance dessa meta devem ser constantemente revisadas e amplamente divulgadas, necessitando que os mais variados atores estejam engajados na busca por soluções, uma vez que não cabe somente aos governos, mas toda a sociedade priorizar o combate ao trabalho infantil, considerando que não há uma forma única de atuação, mas várias que devem se adequar às complexidades locais (OIT, 2017).

Na sequência, será realizada uma breve contextualização do enfrentamento do trabalho infantil no Brasil a partir do Programa de erradicação do Trabalho Infantil – PETI, sendo analisado como uma das políticas públicas dispostas ao combate a esse fenômeno social.

## **TRABALHO INFANTIL NO BRASIL – EXPERIÊNCIA DO PETI**

O texto da atual Constituição brasileira, influenciada pela mobilização internacional, já chama a atenção da sociedade para a necessidade de tratar a defesa dos direitos da criança e do adolescente com prioridade absoluta, na forma do artigo 227<sup>4</sup>. A Carta Magna também estabelece o conceito legal de trabalho infantil, no artigo 7º, inciso XXXIII, a proibição de trabalho antes dos 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. Afora isso, o inciso indicado veda o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a todos menores de dezoito anos (BRASIL, 1988).

Nesse contexto privilegiado é editado o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/7, em 13 de Julho de 1990), que já no artigo 1º reafirma de forma explícita e taxativa a

---

<sup>4</sup> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

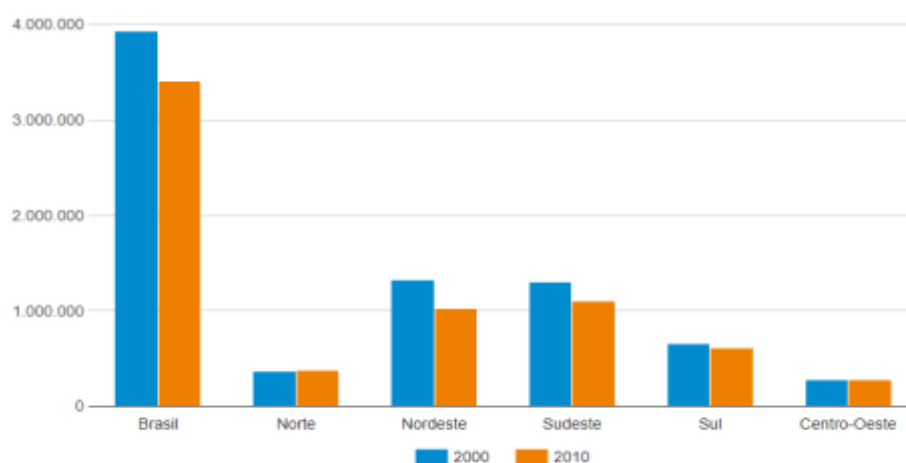
adoção da Doutrina da Proteção Integral: “Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.”, inaugurando o reordenamento institucional nessa temática (BRASIL, 1990).

Embora seja considerado um grande avanço no reconhecimento dos direitos da criança e do adolescente, sozinho o ECA não tinha potencial necessário para enfrentar o trabalho infantil. Seis anos mais tarde, instado a atender as demandas da sociedade articuladas pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), o Estado, em conjunto com organismos da sociedade civil, assume um compromisso maior com a criação do Programa de erradicação do Trabalho Infantil - PETI.

A pretensão da erradicação do trabalho infantil por meio dessa ferramenta teve início nas Carvoarias da região de Três Lagoas no Mato Grosso Sul, onde denúncias apontavam a existência de 2.500 crianças trabalhando na produção de carvão com o agravante de estarem submetidas a péssimas instalações. Posteriormente, a cobertura foi ampliada para os estados de Pernambuco, Bahia, Sergipe e Rondônia, sendo progressivamente levado para todos os estados do País (CARVALO, 2004; MDS, 2014).

Segundo dados do IBGE, em 2010, o Brasil possuía 3.406.514 crianças e adolescentes (entre 10 e 17 anos) trabalhando, número 23% menor que o registrado em 2000. No Rio Grande do Sul, eram 217.312 desse total, deixando o estado na 5ª posição nacional, ficando atrás de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Paraná (IBGE, 2010).

Figura 1 - Pessoas de 10 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões - 2000 / 2010.



Fonte: IBGE – CENSO 2010

A partir de 2005, o enfrentamento ao trabalho infantil é potencializado com a formação da rede socioassistencial com a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), onde o PETI assume um papel chave. Nesse mesmo ano, houve a integração do PETI com o Programa Bolsa Família, modificando sensivelmente a dinâmica de racionalização da gestão dos recursos com a transferência de renda, na tentativa de agrupar ações sociais que são correlatas (MDS, 2014).

Dentro da perspectiva intersetorial, o programa se propôs a atuar nas seguintes frentes para alcançar os objetivos:

- 1) Transferência de renda às famílias; 2) inclusão das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- 2) A orientação e o acompanhamento das famílias através do Programa de Atenção Integral à Família - PAIF e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI (MDS, 2018, p. 30).

A Bahia foi um dos estados em que o PETI teve grande atuação, conforme a pesquisa de Carvalho (2004). Nela foram constadas muitas transformações nas realidades locais não só pela transferência direta de renda, mas pelo acompanhamento e apoio nas necessidades básicas da população mais pobre. A “Jornada Ampliada”, que tinha apoio da agentes comunitários e setor público, propiciava melhorias na condição de vida das comunidades: questões nutricional e de saúde das crianças, noções e hábitos de higiene e mudanças de comportamento, chamando atenção para as questões coletivas. O autor, entretanto, constata que esses resultados não foram generalizados e que muito ainda poderia ser desenvolvido, principalmente, no que se refere às oportunidades de emancipação das famílias assistidas que, muitas vezes, ficavam refém do auxílio governamental, sem conseguir superar a estrutura da pobreza (CARVALO, 2004).

O IPEA realizou estudo comparativo entre 153 municípios que receberam o PETI e que não o receberam, sendo que o grupo de controle foi formado por municípios com características similares aos primeiros. Os dados revelam que nos municípios que implantaram o PETI sempre ocorreu a diminuição do trabalho infantil, mesmo que isso nem sempre seja atribuído ao “Impacto Peti” (SOARES; PIANTO, 2003).

Segundo Barros e Mendonça (2008), o enfrentamento ao trabalho infantil no Brasil (1992 a 2008) teve um resultado satisfatório se comparado com países proporcionais a sua grandeza; o ritmo na queda dos números de crianças no trabalho foi superior ao mundial em duas vezes. De maneira mais ampla, os autores constataram que o PETI e as condicionalidades



impostas pelos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que exige a frequência à escola, foram mais eficazes para retirar as crianças do mercado de trabalho.

Considerando os dados levantados no Censo de 2010, apontando que 1.913 municípios concentravam cerca de 80% do trabalho infantil no Brasil, o PETI foi redesenhado a partir de 2013. Foi diagnosticado ainda que houve uma queda no número de infantes trabalhando no âmbito formal (10,8% em comparação com o censo de 2000) e que era na informalidade o maior desafio para o PETI, principalmente na zona rural, onde a fiscalização é precária. Com foco nos municípios com maior incidência de trabalho infantil, as ações estratégicas foram reestruturadas em cinco eixos (Informação e Mobilização, Identificação, Proteção, Defesa e Responsabilização e Monitoramento) (MDS, 2018).

Segundo o IPEA, a complexidade do enfrentamento do trabalho infantil exigiu o reordenamento do PETI para fomento de articulações intersetoriais de diversas políticas públicas nos territórios (IPEA, 2015). Um exemplo dessa dificuldade de enfrentamento são as motivações culturalmente arraigadas que naturalizam a violação de direitos. No meio urbano, a própria família justifica a necessidade do trabalho infantil, mesmo reconhecendo a sua proibição legal, considerando essa a única alternativa para livrar seus filhos da marginalidade que o ócio poderia produzir.

Embora não possa ser comparado com análises anuais mais abrangentes, políticas públicas como o PETI já apresentavam melhorias nos números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, que em 2016 apontou um impacto na faixa etária mais sensível, de 5 a 13 anos, onde o trabalho infantil representou apenas 0,7%, ou 190 mil pessoas. Também na faixa de 5 a 13 anos, foram contabilizadas 292 mil crianças que trabalhavam na produção para consumo da família, como aquelas ocupadas na agricultura de subsistência (IBGE, 2016).

Silva (2003) aponta um acultramento e reprodução de teorias higienistas neste discurso, que considera a rua uma ameaça à ordem e a segurança. A autora identificou que o trabalho dos menores de idade, além de ser sinônimo de sobrevivência, era tido como o “grande educador” entre as mães que vivem da “mariscagem”, na favela Sururu de Capote em Maceió-AL, revelando que as atividades que envolvem desde a pesca, limpeza e comercialização dos mariscos são compartilhadas por todos os membros da família, mesmo com a exposição aos mais variados riscos à saúde das crianças.

Essa lógica moralizadora do trabalho em ambientes de desigualdade social, elemento histórico presente na infância brasileira que foi edificada sobre uma sociedade escravocrata, é corroborada por Rizzini (1997):

Através do estabelecimento de uma concepção higienista e saneadora da sociedade, buscar-se-á atuar sobre os focos da doença e da desordem, portanto, sobre o universo da pobreza, moralizando-o. A degradação das “classes inferiores” é interpretada como um problema de ordem moral e social. Garantir a paz e a saúde do corpo social é entendido como uma obrigação do Estado. A criança será o fulcro deste empreendimento (RIZZINI, 1997, p.27).

No âmbito rural as motivações são mais singulares para justificar o trabalho infantil. As pesquisas de Kohn e Alves (2011), Aquino et al. (2010) enfatizam o caráter cultural do trabalho infantil no campo. A título de exemplo, a pesquisa de Marin et al (2012) demonstra um discurso que perpassa as relações de pais e filhos no cultivo do fumo no município de Agudo-RS, embora seja considerado uma das piores formas de trabalho infantil por suas possíveis repercussões sobre a saúde, conforme a Convenção nº 182 da OIT. No campo, as justificativas ligadas à hereditariedade aparecem como maior força. Entretanto, em muitos casos, os pais sentem-se desautorizados a “transmitir valores e regras aos filhos” muito por conta da maior integração do rural e o urbano, da evolução da legislação protetiva e a pressão das empresas fumageiras, que punem as famílias que permitem o trabalho de crianças. Mesmo assim, os pais tendem a achar que o trabalho dos filhos não é prejudicial ao seu desenvolvimento e, pelo contrário, acreditam que ele é meio pelo qual podem educá-los.

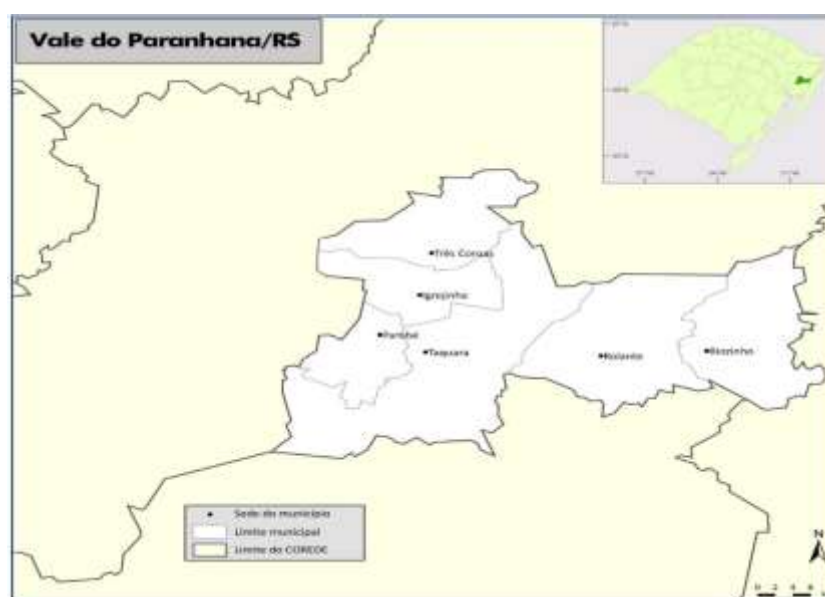
Nesse cenário, é preciso ir além da formalização, como assinatura de pactos e cláusulas sociais, atuando de forma efetiva no acolhimento de qualidade que dará condições para que as famílias não dependam do trabalho de seus filhos e filhas. Além disso, o fortalecimento das redes institucionais de apoio a grupos sociais, possibilitando uma articulação da sociedade civil, empresários e o Estado, visando alternativas à lógica da inclusão social pelo trabalho (MARIN, 2010).

O PETI é uma dessas tentativas de Estado para reverter essa verdadeira chaga social, essencialmente para pobres, tanto no meio urbano quanto no rural. Na sequência da presente pesquisa, após uma brevíssima contextualização dos municípios gaúchos de Taquara, Igrejinha e Parobé, serão analisados os relatórios de desenvolvimento das ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil desses territórios.

## BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM ANÁLISE

A região do Vale do Paranhana, que corresponde a uma microrregião do Estado do Rio Grande do Sul, tem como setor econômico de maior representatividade a indústria calçadista, predominantemente exportadora. Embora ainda seja reconhecida por essa atividade produtiva, as sucessivas crises econômicas e a competição internacional fizeram reduzir bastante o número de indústrias do calçado na região.

Figura 1 – Mapa do Vale do Paranhana



Fonte: Diário Oficial Rio Grande do Sul – 10/01/2008 - Elaboração: SEPLAG/DEPLAN – 03/2010

Taquara é o município que deu origem à região e tem uma população de 58.709 habitantes em 2018 (FEE, 2019). É destaque nos setores de comércio, prestação de serviços, ensino e saúde, sendo reconhecido como polo regional por conta da privilegiada localização. É o município que deu origem às demais cidades do entorno (TAQUARA, 2019).

Parobé, com 55.423 habitantes no ano de 2018 (FEE, 2019), possui vocação artesanal para a confecção de calçados, tornando-se assim a principal fonte de renda. É o município, dentre os três, que tem maior dependência do setor calçadista, levando o produto a outros países. Além dos fatores econômicos, o município conta com uma mão de obra talentosa na confecção dos calçados, profissionais de extrema excelência e com capacidade para produzir diferentes tipos de produtos. (RIO GRANDE DO SUL, 2019)

Já o município de Igrejinha conta com uma população de 34.909 habitantes no ano de 2018 (FEE, 2019), na qual predomina a colonização alemã, tendo a indústria como setor econômico de maior importância, principalmente de calçados e confecções em couro e bebidas (IGREJINHA, 2019) (GALVÃO, 1999).

## **DIAGNÓSTICO E RECOMENDAÇÕES PETI: MUNICÍPIOS GAÚCHOS DE TAQUARA, PAROBÉ E IGREJINHA**

Com o intuito de diagnosticar os cenários locais do trabalho infantil firmou-se uma cooperação Técnica entre a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Os documentos fornecem subsídios individualizados para o planejamento intersetorial de proteção dos direitos da criança e adolescente, mais precisamente no fortalecimento do combate ao trabalho infantil. São dados municipais sobre serviços, equipamentos, projetos, programas e principais incidências de trabalho infantil. Os documentos apontam ações estratégicas a serem implementadas em consonância com o redesenho do PETI no país (considerando os cinco eixos de atuação: Informação e Mobilização, Identificação, Proteção Social, Defesa e Responsabilização e Monitoramento) (OIT, 2017).

Dos municípios que compõem o Vale do Paranhana, que pertence à mesorregião metropolitana de Porto Alegre-RS, os diagnósticos dos municípios de Taquara, Parobé e Igrejinha foram considerados “críticos” no que tange ao trabalho infantil (dentro do cenário de municípios aderentes ao PETI), merecendo atenção especial para as ações estratégicas. Por essa razão, os referidos municípios foram eleitos para a análise na presente pesquisa. No quadro 1 abaixo observa-se o contingente populacional dentro da área de pesquisa.

Quadro 1: número de crianças e adolescentes

<b>Faixa etária</b>	<b>Taquara</b>	<b>Parobé</b>	<b>Igrejinha</b>
0 a 4 anos	3.621	3.778	2.126
5 a 9 anos	3.959	3.970	2.304
10 a 14 anos	4.691	4.957	2.637
15 a 17 anos	2.705	2.102	1.711
0 e 17 anos	14.976	14.807	8.778
% sobre o total da população	27,4%	30,7%	27%

Fonte: Censo IBGE 2010

As principais bases de dados dos diagnósticos são o Censo do IBGE de 2010, o Cadastro Único do MDS, PRONATEC, programa Brasil sem Miséria, Portal do Empreendedor, Ministério do Trabalho<sup>5</sup>, dentre outros. As “informações básicas de referência” dos relatórios apresentam um panorama da ocupação de crianças nos municípios e a relação entre o número de famílias atendidas pelo Bolsa Família e a indicação do trabalho infantil, conforme Quadro 2.

Quadro 2: Indicadores de referência - PETI

<b>Indicador</b>	<b>Taquara</b>	<b>Parobé</b>	<b>Igrejinha</b>
Atualmente cofinanciado para ações estratégicas do PETI?	sim	sim	Sim
Valor do repasse mensal	R\$6.000,00	R\$6.000,00	R\$4.200,00
Número total de crianças ocupadas (entre 10 e 13 anos)	269	133	89
Taxa de Ocupação (entre 10 e 13 anos)	7,3%	3,40%	4,20%
Número total de crianças ocupadas (entre 10 e 15 anos)	581	563	453
Taxa de Ocupação (entre 10 e 15 anos)	10,3%	9,30%	14,4%
Taxa de Ocupação (entre 10 e 17 anos)	19,5%	21,6%	31%
Percentual de ocupação no âmbito Urbano	81%	92,7%	89,3%
Percentual de ocupação no âmbito Rural	19%	7,3%	10,7%
Famílias beneficiadas pelo bolsa família	1692	1715	541
Quantidade de famílias com marcação de trabalho infantil	4	7	4

Fonte: Diagnóstico Intersetorial Municipal – Desenvolvimento de Ações Estratégicas do PETI.

Tanto portal institucional do MDS quanto no da OIT não há uma definição de qual critério foi utilizado para atribuição de criticidade dos municípios diagnosticados. Analisando os dados, chama atenção os percentuais de ocupação de crianças com idade entre 10 e 13 anos que, segundo a OIT, é tipo de trabalho a ser abolido com maior urgência (OIT, 2017). Outro dado relevante é o número de crianças e adolescentes (entre 10 e 17 anos) ocupados no trabalho doméstico: 4,1%, 1,2% e 2,3% do total de ocupação em Taquara, Parobé e Igrejinha, respectivamente. Importante salientar que essa atividade figura no rol das piores formas de

<sup>5</sup> Atual secretaria especial do Ministério da Economia, conforme a Lei nº 13.844, de 18 DE Junho de 2019.

trabalho infantil (lista TIP) e que o governo brasileiro prioriza a elaboração de ações imediatas para sua eliminação, conforme lei nº 6.481/2008 (BRASIL, 2008).

As ações de fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência Social (entre 2012 e 2016), que tiveram como objetivo a identificação de crianças e adolescentes em situação irregular de trabalho, encontraram o seguinte cenário nos municípios: Taquara, 5 operações e nenhum resgate; Parobé, 26 operações e 13 crianças e adolescentes resgatados; Igrejinha, 13 fiscalizações e 13 resgates.

A partir desses dados, todos os relatórios apontam, dentre outras, as seguintes ações a serem planejadas pelas municipalidades: a) realização de diagnóstico socioterritorial, identificando as principais incidências de trabalho infantil no território; b) realizar ações articuladas com foco nos trabalho infantil com as equipes técnicas socioassistenciais da rede de proteção da criança e do adolescente; c) capacitar as equipes sobre a temática, ressaltando a importância dos apontamentos nos instrumentos de informação já existentes (SINAN, SIPIA-CT, SITI, entre outros).

Outra abordagem presente nos diagnósticos é a situação dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) dos referidos municípios. Nesse quesito, podemos observar que os casos de trabalho infantil apontados nesses espaços nem sempre são acompanhados, o que poderia auxiliar na reversão do quadro de violação de direitos. O próprio relatório indica que alguns descompassos nos indicadores é fruto da incorreção ou falta de apontamento de ocorrências, conforme o Quadro 3.

Quadro 3: Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

<b>Indicador</b>	<b>Taquara</b>	<b>Parobé</b>	<b>Igrejinha</b>
Capacidade de atendimento	350	180	180
Número total de crianças e adolescentes atendidos no SCFV	156	134	31
Número total de crianças e adolescentes (entre 5 e 15 anos) identificados em situação de trabalho infantil no Cadastro único	5	6	4
Número total de crianças e adolescentes (entre 5 e 15 anos) identificados em situação de trabalho infantil no Cadastro único e atendidas no SCFV	0	2	0

Fonte: Diagnóstico Intersetorial Municipal – Desenvolvimento de Ações Estratégicas do PETI.

Se por um lado a faixa etária até os 13 anos de idade deve ser protegida da cultura do trabalho infantil, a possibilidade de desenvolvimento infanto-juvenil passa também pela oferta

de capacitação que alia teoria com a prática a partir dos 14 anos. Nesse contexto, o diagnóstico PETI também se debruça sobre os dados cadastrais do Programa “Jovem Aprendiz”<sup>6</sup> (apoiado na lei nº 10.097/2000) observando a oferta e a ocupação de vagas. No município de Taquara, o potencial de contratação era de 185 vagas e somente 81 estavam preenchidas em 2016. Igrejinha teve um desempenho um pouco melhor, alcançando o preenchimento de 274 das 318 vagas disponíveis. Já no município de Parobé o resultado foi o mais expressivo, com 90% das vagas preenchidas (249 das 278 disponíveis).

No que se refere aos dados educacionais, o diagnóstico também aponta um dado que pode ser decisivo na dinâmica do enfrentamento ao trabalho infantil: permanência das crianças e adolescentes nas salas de aula. Taquara e Parobé têm realidades muito parecidas, sendo que o número de crianças e adolescentes até os 17 anos de idade fora da escola somam 1.431 (10% do total) e 1.461 (9% do total), respectivamente. Igrejinha tem o contingente menor: 623 potenciais estudantes, que representam 9% do total da faixa etária. Importante mencionar que os dados são de setembro de 2016, revelando-se mais fidedignos dos que os coletados no início do ano letivo.

Ainda no campo da educação, são apontados nos diagnósticos municipais os investimentos federais no programa “Mais Educação”, programa criado em 2007, no governo Lula, tinha como foco a ampliação da jornada escolar e reorganização curricular, visando uma educação integral, com um processo pedagógico que permitia a conexão entre as áreas do saber e de cidadania, meio ambiente, direitos humanos, cultura, saúde e educação econômica. O programa vigorou até 2016, sendo que os dados do diagnóstico remontam dados de 2014, atingindo 63 escolas espalhadas pelos três municípios. Essa política sofreu uma profunda alteração em 2017, passando a focar o objetivo de melhorar a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental (PASSAFARO, 2019).

O diagnóstico aborda ainda questões relacionadas às estruturas de saúde básica e de órgãos de controle, como Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos, órgãos em funcionamento nos três municípios. Com relação aos últimos, as orientações são expressas no

---

<sup>6</sup> Empresas de médio e grande porte podem contratar jovens com idade entre 14 e 24 anos como aprendizes. O contrato de trabalho pode durar até dois anos e, durante esse período, o jovem é capacitado na instituição formadora e na empresa, combinando formação teórica e prática. Os jovens têm a oportunidade de inclusão social com o primeiro emprego e de desenvolver competências para o mundo do trabalho, enquanto os empresários têm a oportunidade de contribuir para a formação dos futuros profissionais do país, difundindo os valores e cultura de sua empresa.

sentido do fortalecimento desses espaços como guardiões dos direitos das crianças e adolescentes, devendo estarem em contato permanente com o Fórum Nacional e Estadual de Prevenção e Erradicação do trabalho infantil, além de que sejam estimulados a buscar o trabalho em rede com as demais instituições de controle de violações de direitos em todas as esferas.

Como apontado pela OIT, o principal fator que promove o trabalho infantil é a pobreza. Neste caso, mesmo não sendo o objetivo central do presente estudo, o que demandaria um trabalho mais aprofundado, podemos inferir que os municípios ora analisados possuem zonas de vulnerabilidade social se confrontarmos, por exemplo, o IDH-M dos municípios, em 2010: Taquara, 0,727; Parobé, 0,704 e Igrejinha, 0,721 e os dados do número de famílias atendidas pelo Bolsa Família acima indicados, embora todos os municípios tenham ficado com o IDH-M acima do patamar “alto”, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (PNUD, 2013).

A partir da análise dos diagnósticos, percebe-se a multiplicidade de estruturas que necessitam atuar de forma articulada em rede para que os resultados da luta contra o trabalho infantil sejam satisfatórios. Aos governos federal, estadual e municipal são impostas responsabilidades legais de atendimento em boa parte dessas estruturas, devendo se ocupar tanto da área urbana quanto do meio rural. São eles os agentes articuladores das políticas públicas que devem observar a realidade local e integrar a iniciativa privada e a sociedade civil organizada. O PETI é uma ação dentro de uma política maior que depende dessa interação entre o público e o privado para, além de dar conta da tentativa de diminuição das desigualdades locais, precisa trabalhar as questões culturais arraigadas e mitos que circundam o trabalho infantil, apontando os prejuízos que dele advém para o processo de desenvolvimento físico e mental das crianças e adolescentes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Estimativas globais do trabalho infantil, em 2016, apontam que mais de 151 milhões de crianças entre 5 e 17 anos eram vítimas de trabalho infantil no mundo. Ainda que os números venham diminuindo pelo constante trabalho de entidades como ONU, Unicef e OIT, as últimas amostras apontam uma desaceleração nas mudanças, o que exige um esforço e uma constante reorientação das ações para se alcançar a meta de erradicação desse fato social (OIT, 2017). No mundo, a desigualdade social, cada vez mais profunda, “justifica” que famílias exponham seus



filhos no trabalho por uma questão de sobrevivência, fazendo o círculo vicioso da pobreza se estabelecer como um dos principais obstáculos para o desenvolvimento de iniciativa contra o trabalho infantil. Além disso, aspectos culturais, como a cultura da “educação pelo trabalho”, arraigada mais notadamente no meio rural, são barreiras a serem vencidas.

A luta pela erradicação do trabalho infantil se mostra uma ação da qual Nações e Organismos Internacionais não podem abrir mão, sob pena de afronta ao princípio basilar da dignidade humana, sendo o trabalho representação de um valor social que deveria ser protegido contra violações degradantes como o regime de escravidão, as jornadas exaustivas, entre outros.

Podemos apontar uma necessidade de fortalecimento das redes institucionais de apoio a grupos sociais, possibilitando uma articulação da sociedade civil, empresários e o Estado. Ultrapassar o mero apoio aos pactos e cláusulas sociais e atuar de forma efetiva na mudança cultural mostra-se essencial para que haja condições para a erradicação do trabalho infantil.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI é uma das ferramentas para o enfrentamento desse fato social. Criado em 1996 o programa foi se ajustando às demandas evidentemente complexas, considerando a extensão territorial e a multiculturalidade brasileira. Em 2015 o PETI se reorganiza com foco nas articulações intersetoriais de diversas políticas públicas nos territórios.

Uma das principais preocupações do programa passa a ser a capacidade de diagnóstico local e regional para identificar as deficiências e apontar as melhores formas de enfrentamento do trabalho infantil. Capitaneado pela OIT, em 2017 realizou-se o diagnóstico de todos os municípios brasileiros, integrantes ou não do PETI, que destaca ações estratégicas para adequação das ações locais. A partir desses dados, o Ministério do Desenvolvimento Social apontou os municípios que deveriam ser prioritários.

No que tange à presente pesquisa, foram analisados os dados dos relatórios dos três municípios da Região do Vale do Paranhana que figuraram nesse rol: Taquara, Parobé e Igrejinha. Os principais resultados apurados são os seguintes: a) O município de Taquara é que tem o maior percentual (7,3%) de ocupação de crianças com idade entre 10 e 13 anos que, segundo a OIT, é tipo de trabalho a ser abolido com maior urgência. Além disso, é o município com maior percentual de trabalho infantil na zona rural; b) Constatou-se que as estruturas de acolhimento infanto-juvenis dos municípios estudados apresentam problemas no levantamento e inclusão dos dados sobre trabalho infantil no devidos sistemas, dificultando a análise real dos

cenários; c) O percentual total de contratação pelo programa “Jovem Aprendiz” nos municípios, em 2016, era de 77% das 781 vagas em potencial, sendo uma das iniciativas a ser melhor trabalhada no município de Taquara, que só preencheu 44% de suas potenciais vagas.

A partir desses dados, podemos concluir que a luta contra o trabalho infantil depende de uma série de ações articuladas em rede para atuar em duas principais frentes muito complexas: a primeira é a pobreza e a marginalização de populações inteiras que se veem refém da luta pela sobrevivência e acabam colocando sob os ombros dos filhos a responsabilidade do trabalho, tolhendo deles o desenvolvimento necessário (físico e mental) para que tenham oportunidade de quebrar o ciclo perverso da desigualdade. A segunda, e não menos importante, é a questão cultural, devendo a sociedade e governos atuarem para desfazer os mitos que circundam o trabalho infantil, que reforçam a ideia de uma naturalidade da violação de direitos que ele causa.

Uma das dificuldades na pesquisa foi o não apontamento dos critérios que identificaram os municípios estudados como “prioritários” dentro do PETI. Além disso, tratam-se de dados que não apresentam uma trajetória, dificultando uma análise mais completa da realidade. A partir das análises dos três relatórios, sugere-se para pesquisa futuras um trabalho de campo a fim de identificar o atual estágio do PETI nos municípios a partir dos diagnósticos ora estudados, elencando nos questionamentos algumas das premissas neles expostas, na tentativa de entender, em certa medida, a dinâmica municipal na meta de erradicação do trabalho infantil e se os diagnósticos fazem parte do planejamento municipal. Além disso, estudar quais as principais dificuldades encontradas na implementação e continuidade do PETI e as possíveis boas práticas já em funcionamento.

## REFERÊNCIAS

AGENDA PÚBLICA. **Guia para a Municipalização dos Objetivos do Milênio**: Referências para a adaptação de indicadores e metas à realidade local. São Paulo: [s.n.], 2009. Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/arquivos/guia-de-municipalizacao>>. Acesso em 22 set. 2019.

AQUINO, Juliana Maria et al. Trabalho infantil: persistência intergeracional e decomposição da incidência entre 1992 e 2004 no Brasil rural e urbano. **Revista de Economia Contemporânea**, [s.l.], v. 14, n. 1, p.61-84, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1415-98482010000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1415-98482010000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 13 out. 2019.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. **Trabalho infantil no brasil**: rumo à erradicação. Brasília: IPEA, 2008. Disponível em:

52

<[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1506.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1506.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 13 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério de desenvolvimento social. **Caderno de Orientações Técnicas do PETI**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/09/Caderno-de-Orieta%C3%A7%C3%B5es-T%C3%A9cnicas-PETI.pdf>> Acesso em 13 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério de desenvolvimento social. **Perguntas e respostas: O Redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**. Brasília, 2014. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/cartilhas/cartilha\\_perguntas\\_respostas\\_redesenho\\_peti\\_2014.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/cartilha_perguntas_respostas_redesenho_peti_2014.pdf)> Acesso em: 13 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente**. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho, 2004. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/trabalho infantil/planonacional.pdf>> Acesso em: 22 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Decreto n. 6.481, de 12 de junho de 2008**. Regulamenta os artigos 3o, alínea “d”, e 4o da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo no 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto no 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm)> Acesso em: 3 nov. 2019.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Algumas lições do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. **São Paulo em Perspectiva**, [s.l.], v. 18, n. 4, p.50-61, dez. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392004000400007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000400007)>. Acesso em: 12 nov. 2019.

FEE. **Resumo Estatístico Municipal**. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

GALVÃO, C. A. **Sistemas industriais localizados: o Vale do Paranhana – complexo calçadista do Rio Grande do Sul**. Texto para Discussão IPEA, n. 617, janeiro de 1999. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2508>>. Acesso em 12 nov. 2019.

IBGE. **Informações sobre Trabalho Infantil no Brasil, com base nas informações dos Censos Demográficos 2000 e 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/apps/trabalho infantil/outras/graficos.html>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **PNAD Contínua 2016:** PNAD Contínua 2016: Brasil tem, pelo menos, 998 mil crianças trabalhando em desacordo com a legislação. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18383-pnad-continua-2016-brasil-tem-pelo-menos-998-mil-criancas-trabalhando-em-desacordo-com-a-legislacao>>. Acesso em: 5 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. **PNAD Contínua 2016:** PNAD Contínua 2016: Trabalho infantil: mais de 20 milhões de crianças realizavam tarefas domésticas. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18384-trabalho-infantil-mais-de-20-milhoes-de-criancas-realizavam-tarefas-domesticas>>. Acesso em: 5 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Trabalho infantil 2016.** Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101388\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101388_informativo.pdf)>. Acesso em 11 nov. 2019.

IGREJINHA. **Informações Gerais.** Disponível em: <<https://www.igrejinha.rs.gov.br/p.asp?i=8&c=Cidade>>. Acesso em 11 nov. 2019.

MARIN, J. O B. O agronegócio e o problema do trabalho infantil. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 189-206, fev. 2010. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:OxS2YWvEPJYJ:www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n35/v18n35a12.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> Acesso em: 15 set. 2019.

\_\_\_\_\_; SCHNEIDER, S.; VENDRUSCOLO, CASTILHO E SILVA. C. B. O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo-RS. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 50, n. 4, out./dez. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032012000400010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032012000400010&script=sci_arttext)> Acesso em: 22 set. 2019.

OIT. **Global Estimates of Child Labour: Results and Trends, 2012-2016.** Geneva, Switzerland: OIT; 2017. Disponível em: <[https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS\\_575499/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_575499/lang--en/index.htm)> Acesso em: 23 set. 2019.

\_\_\_\_\_. 2015. **Juventude e trabalho informal no Brasil.** OIT Escritório no Brasil; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). - Brasília: OIT. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/151228\\_juventude\\_trabalho\\_informal\\_brasil.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/151228_juventude_trabalho_informal_brasil.pdf)> Acesso em: 12 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **Convenção n. 138.** Disponível em: <[https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS\\_235872/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_235872/lang--pt/index.htm)> Acesso em: 22 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Convenção n. 182.** Disponível em: <[https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS\\_236696/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_236696/lang--pt/index.htm)>. Acesso em: 22 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Diagnósticos Intersetorial Municipal.** Disponível em: <<http://www.bsb.ilo.org/dimbr/>> Acesso em: 03 nov. 2019.

ONU. **OIT: 2021 é declarado ano internacional para eliminação do trabalho infantil.** 30 jul. 2019. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/oit-2021-e-declarado-ano-internacional-para-eliminacao-do-trabalho-infantil/>>. Acesso em: 23 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Transformando Nosso Mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.** 13 out. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 23 set. 2019.

PASSAFARO, Natália. **Fim do Novo Mais Educação, Fundeb permanente:** os destaques do 17º Congresso da Undime. Centro de referências em educação integral, Brasília, 16 ago. 2019. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/reportagens/fim-do-novo-mais-educacao-fundeb-permanente-os-destaques-do-congresso-da-undime/>>. Acesso em: 3 nov. 2019.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.** 2013. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/metodologia.html>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. **Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo – Parobé.** Disponível em: <<https://www.turismo.rs.gov.br/cidade/235/parobe>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

RIZZINI, I. **O século perdido:** raízes histórias das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Petrobrás–BR: Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária: Amais, 1997.

SARLET, I. W. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SILVA, M. I. C. da. **Infância perdida, direitos negados: a persistência do trabalho infantil através da ideologia da educação pelo trabalho.** 2010. Tese. 138 f. (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, PE, 2010. Disponível em: <[https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/9418/1/arquivo377\\_1.pdf](https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/9418/1/arquivo377_1.pdf)> Acesso: 21 set. 2019.

SOARES, Sergei; PIANTO, Donald M. **Metodologia e resultados da avaliação do programa de erradicação do trabalho infantil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2003. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2954/1/TD\\_994.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2954/1/TD_994.pdf)> Acesso em: 13 out. 2019.

TAQUARA. **Economia.** Disponível em: <[http://www.taquara.rs.gov.br/?titulo=Cidade&template=conteudo&categoria=835&codigoCategoria=835&idConteudo=2890&tipoConteudo=INCLUDE\\_MOSTRA\\_CONTEUDO](http://www.taquara.rs.gov.br/?titulo=Cidade&template=conteudo&categoria=835&codigoCategoria=835&idConteudo=2890&tipoConteudo=INCLUDE_MOSTRA_CONTEUDO)> Acesso em 12 nov. 2019.